



**ACÓRDÃO Nº524/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11241/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Borba
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Joaquim Gabriel de Sousa Neto (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM nº 3149
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7355/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Borba. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Borba, exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. Joaquim Gabriel de Sousa Neto, ex-Presidente, nos termos do art. 22, II, da Lei Orgânica desta Corte (Lei nº 2.423/1996);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Joaquim Gabriel de Sousa Neto, ex-Presidente da Câmara Municipal de Borba, exercício de 2017, no valor de **R\$ 1.706,80 (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos)**, com fulcro no art. 54, I, "c", da Lei Orgânica deste TCE/AM, c/c com o art. 308, I, "c", da Resolução TCE/AM nº 04/2002, em razão do descumprimento do prazo de envio de remessas ao GEFIS (E-contas) referente ao 1º semestre/17 do RGF, conforme consta no Relatório Conclusivo nº 111/2019 (fls. 8058/8084), cujo valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, ficando deste já a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº524/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. Joaquim Gabriel de Sousa Neto, ex-Presidente da Câmara Municipal de Borba, exercício de 2017, no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, com fulcro no art. 308, VII, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, em razão da permanência das impropriedades 1.1.2, 1.1.4 e 1.2.1 constantes no Relatório Conclusivo nº 244/2019 (fls. 8048/8057); "a", "c", "d" e "e" apontadas pela DICREA, as quais foram descritas no Relatório Conclusivo nº 111/2019 (fls. 8058/8084); "III" levantada pelo MPC, por meio do Parecer n. 7355/2019-DMP-MPC-FCVM (fls. 8085/8095), todas descritas no relatório Voto, devendo esta quantia ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, ficando deste já a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Determinar** à atual gestão da Câmara Municipal de Borba que:
- a)** Adote medidas necessárias para implementar sistema de controle de registro do patrimônio capaz de identificar a exata localização, agentes responsáveis e tombamento dos bens de caráter permanente nos registros analíticos em desacordo com a memória do arts. 94, 95, 96 da lei 4.320/64;
  - b)** Promova a imediata atualização do seu Portal de Transparência, nos termos da legislação correlata;
- 10.5. Recomendar** à atual gestão da Câmara Municipal de Borba que:
- a)** Observe com maior rigor as exigências da legislação de licitações e contratos, que formalize com as cautelas devidas os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, que preceda todas as contratações de compras, obras e/ou serviços de ampla pesquisa de mercado, para que no futuro falhas dessa natureza não mais ocorram;



**ACÓRDÃO Nº524/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**b)** Encaminhe todas as informações relativas aos RREO bimestrais e RGF semestrais ao sistema GEFIS, bem como promova a publicação tempestiva dos mesmos, na forma da legislação de regência da matéria;  
**c)** Adote as medidas necessárias à imediata estruturação do cargo de Controlador Interno por meio de provimento efetivo, nos termos do art. 37, II da CF/88;

- 10.6. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção a ser designada para que verifique o cumprimento das determinações sobreditas, quando da inspeção *in loco*;
- 10.7. Dar ciência** desta decisão ao Sr. Joaquim Gabriel de Sousa Neto, ora responsável;
- 10.8. Arquivar** o presente processo nos termos regimentais, após adotadas as medidas acima mencionadas.

*Vencido o voto-destaque do Cons. Erico Xavier Desterro e Silva pela irregularidade das contas com multas ao Gestor.*

**11- Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 27 de Maio de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral